

# **A OLIMPÍADA NACIONAL EM HISTÓRIA DO BRASIL: Socialização do conhecimento histórico por meio das Tecnologias de Informação e Comunicação**

**Daniel Florence Giesbrecht**

Investigador Colaborador da Universidade de Coimbra – FLUC/CEIS20

Doutorando em História pela em Universidade de Coimbra

profdanielflorence@gmail.com

## **RESUMO**

A Olimpíada Nacional em História do Brasil (ONHB) é uma singular e bem sucedida experiência de apropriação e difusão do conhecimento histórico. De forma claramente influenciada pelas tendências investigativas nas áreas da cognição histórica desenvolvidas nos últimos anos em diversos países, engajou-se em promover reflexões sistemáticas sobre princípios e estratégias da aprendizagem de crianças, jovens e adultos em História. Recorrendo às Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) para a criação de uma plataforma interativa que promovesse a inclusão digital, além de viabilizar uma gama de atividades que simulam o ofício de um historiador, a competição se tornou um evento anual importante, consolidado há mais de uma década. Este artigo pretende proporcionar uma imersão na interface operacional experimentada pelos participantes da ONHB, refletir sobre a importância da cultura digital na produção do conhecimento histórico, socializar algumas impressões sobre minha participação desde a sua 5ª edição, ocorrida em 2013, até a 11ª edição, ocorrida em 2019, como professor orientador de diversas equipes, além de analisar uma amostra de questões desenvolvidas nesse quadro temporal, relacionando-as com o pensamento historiográfico e a educação histórica.

**Palavras-chave:** Olimpíada Nacional em História do Brasil – ONHB. Educação à Distância. Ensino de História. Educação Histórica.

## **THE NATIONAL OLYMPICS IN BRAZILIAN HISTORY: Socialization of historical knowledge through Communication and Information Technologies**

### **ABSTRACT**

The National Olympics in Brazilian History (ONHB) is a singular and successful experience of appropriation and diffusion of historical knowledge. Clearly influenced by the investigative tendencies in the field of historical cognition developed in the past few years in several countries, it engaged into the promotion of systematic reflections on principles and strategies of History learning for children, teenagers and adults. Making use of information and communication technologies (ICT) for the creation of an interactive platform which promoted the digital inclusion, besides enabling a number of activities that simulate the work of a historian, the competition has become an important annual event, consolidated for more than one decade. This paper aims to: provide an immersion in the operational interface experienced by the participants of the ONHB; reflect on the importance of digital culture in the production of historical knowledge; socialize some impressions about my participation since its 5<sup>th</sup> edition, in 2013, to its 11<sup>th</sup> edition in 2019, as Academic Adviser of several teams, as well as to analyze a sample of

topics developed through this temporal cut, linking them to the historiographical thinking and historical education.

**Keywords:** National Olympics in Brazilian History – ONHB; Distance Education; History teaching; historical education.

## 1 INTRODUÇÃO

As Olimpíadas do Conhecimento nas áreas das Ciências da Natureza, Exatas e das Tecnologias são bastante conhecidas, contando com várias tipologias de edições, voltadas para praticamente todos os públicos dos ensinos fundamental e médio, refletindo o já constatado privilégio desses campos do saber. Já as Ciências Humanas, primordiais na formação holística do indivíduo, têm pouco espaço no universo olímpico da educação básica. Na contramão desse cenário, sugiro uma reflexão sobre uma proposta diferente de competição, denominada Olimpíada Nacional em História do Brasil (ONHB), que intenta superar esse quadro, por meio de metodologias inovadoras de construção do conhecimento histórico, rompendo com “tradicionalismos” avaliativos e despertando, inclusive, a percepção de viabilidade do projeto pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e também pela Associação Nacional dos Professores de História (ANPUH).

Com sua primeira edição em 2009, a Olimpíada Nacional em História do Brasil já está consolidada no calendário anual das competições de conhecimento que ocorrem no país. Constituída como projeto de extensão da Universidade Estadual de Campinas, desenvolvida pelo Departamento de História, é coordenada pelas professoras doutoras Cristina Meneguello e Alessandra Pedro. Desde a minha primeira participação no ano de 2013, como professor orientador, já havia percebido o caráter inovador da competição em sua metodologia e organização, a começar pela participação dos alunos, em grupos de três indivíduos, de forma colaborativa e interativa em que realizam um conjunto de propostas de atividades com fontes primárias, desde manuscritas até iconográficas e audiovisuais, facilitadas por um ambiente virtual de aprendizagem estimulante.

Concebida para que aconteça em fases semanais e à distância, a ONHB vem proporcionando, em seus onze anos de existência, novas possibilidades de apropriação e difusão do conhecimento histórico, de forma claramente influenciada pelas tendências investigativas nas áreas da cognição histórica desenvolvidas nos últimos anos em diversos países, engajadas em

promover reflexões sistemáticas sobre princípios e estratégias da aprendizagem de crianças, jovens e adultos em História<sup>1</sup> (BARCA, 2001).

Aberta à participação de alunos desde o 8º ano do Ensino Fundamental II até a 3ª Série do Ensino Médio e de professores de História de escolas públicas e privadas, a ONHB possibilita, durante toda sua edição, discussões acaloradas e originais sobre temas pouco desenvolvidos nos currículos programáticos oficiais<sup>2</sup>.

Para termos uma ideia da magnitude desse empreendimento, na última edição, em 2019, a Olimpíada bateu seu recorde de inscritos, com um total de 73 mil, distribuídos entre 18,5 mil equipes de todos os estados brasileiros<sup>3</sup>.

Numa sociedade em que os veículos de informações propagam de forma acelerada quantidades desmedidas de fatos, praticamente de forma instantânea e, muitas vezes, sem o tratamento devido, é passível de depararmos com diferentes versões não só sobre o cotidiano, mas também a respeito do passado. Pensando nisso, pretendo neste artigo possibilitar não só uma imersão quase lúdica, na interface operacional experimentada pelos participantes da Olimpíada Nacional em História do Brasil, mas também refletir sobre a importância da cultura digital na produção do conhecimento histórico, já adiantando assumir uma postura otimista, assim como o sociólogo Manuel Castells, de que sim, é possível aproveitarmos, desde que com cautela e rigor científico, as possibilidades proporcionadas por essa nova organização de rede em torno da internet<sup>4</sup>.

A primeira parte do nosso estudo objetiva uma explanação conceitual sobre as interações experimentadas entre os mecanismos gerais de interface operacional da olimpíada, com ênfase

---

<sup>1</sup> Desde a sua criação em 2009, até o ano de 2017, as edições foram estruturadas em 5 fases semanais e eliminatórias, realizadas por intermédio de plataforma de ensino à distância, somadas a uma final presencial realizada na Universidade Estadual de Campinas. A partir de 2018, até a última edição realizada em 2019, foi acrescida mais uma fase à distância, mantendo-se também a final presencial.

<sup>2</sup> A partir de sua 12ª edição, que ocorrerá em 2020, foi criada a possibilidade de que estudantes de graduação de qualquer área, que já tenham participado de alguma edição anterior, possam inscrever-se como “embaixadores” olímpicos, com o objetivo de ajudar na divulgação do evento, além de poder coorientar equipes em conjunto com os professores orientadores participantes.

<sup>3</sup> Fonte: <https://www.olimpiadadehistoria.com.br/noticias/ler/138> (Acedido em: 16/03/2020).

<sup>4</sup> CASTELLS, Manuel. *Comunidades Virtuais ou Sociedade de Rede? A Galáxia da Internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

em sua sistemática de promoção da educação à distância, seus propósitos e pressupostos metodológicos.

No segundo momento, e já como sujeito in loco do processo, ou seja, recuperando de forma empírica impressões das minhas participações na ONHB desde a sua 5ª edição, ocorrida em 2013, até a 10ª edição, ocorrida em 2018, pretendo analisar uma amostra de questões desenvolvidas nesse quadro temporal, relacionando-as com o pensamento historiográfico e a educação histórica.

## **2 EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA: FIO CONDUTOR DO ENSINO-APRENDIZAGEM**

Nas palavras da coordenadora da Olimpíada Nacional em História do Brasil, professora doutora Cristina Meneguello, em entrevista concedida à rádio CBN Campinas,

A disciplina de História do Brasil é fundamental, não só para eles (*os participantes*) conhecerem o passado, mas também para entenderem o presente deles, o mundo e a sociedade ao redor deles. A História não é importante apenas para quem vai seguir essa carreira, mas para qualquer carreira, para qualquer formação<sup>5</sup>.

Para que a História, como postula Cristina, cumpra o importante papel de reflexão e compreensão não só do passado, mas também do tempo presente, assim como da desconstrução das evidências meramente factuais, incumbência também defendida por ASHBY (2006), docente do Instituto de Educação da Universidade de Londres, meios devem ser criados para que o processo ensino-aprendizagem alcance seus objetivos.

Foi pensando na operacionalização da ONHB em concatenação com os objetivos referidos, que seus organizadores recorreram às Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) para a criação de uma plataforma interativa de duplo-sentido: promover a inclusão digital e viabilizar uma gama de atividades que simulassem o ofício de um historiador profissional com o manuseio de diversas fontes de documentações digitalizadas, principalmente as de caráter primário,

---

<sup>5</sup> MENEGUELLO, Cristina. *Entrevista* (ago. 2018). Campinas: Portal CBN. Disponível em: <https://www.portalcncampinas.com.br/2018/08/duas-equipes-campineiras-levam-ouro-em-olimpiada-nacional-em-historia-do-brasil/> (Acedido em: 20/03/2020)

difíceis de ser encontradas no cotidiano da sala de aula, mas que fazem parte dos atributos metodológicos da ciência histórica<sup>6</sup>.

Conforme afirmou LUCCHESI (2013), é necessária uma apreciação crítica da entrada do elemento digital na produção da historiografia contemporânea, mais particularmente entre as relações da História com a internet e suas tecnologias de comunicação e informação. Nessa perceptiva, a ONHB claramente, ao criar suas ferramentas metodológicas de execução, apercebeu-se de como a Rede Mundial de Computadores poderia ser apropriada pelo evento, “*seja como ferramenta de pesquisa, repositório de fontes, ou novo meio para divulgação de trabalhos históricos*” (*idem*).

Devemos enfatizar que essa apropriação supracitada também é consequência das transformações ocorridas na microeletrônica a partir do século XXI, o que segundo alguns críticos, por ter sido verificada pioneiramente em centros como Europa, ou Estados Unidos, acarretou, em alguns momentos, na produção de narrativas e/ou meta-narrativas centradas em discursos de caráter eurocêntrico e/ou etnocêntrico<sup>7</sup>. Preocupando-se em não cair nesse tipo de “armadilha”, o ambiente virtual de aprendizagem da ONHB sustenta-se em princípios metodológicos claros, que não fossem permeados pela “sedução” de tendências de “historicização imediata da era digital”, mas que possibilitassem o envolvimento de todas as áreas do conhecimento com a construção de uma História do Brasil voltada para a cidadania.

A inserção dos conteúdos em seu ambiente de trabalho no qual ocorrem as provas segue os parâmetros instituídos pela Base Nacional Comum Curricular, tanto do Ensino Fundamental quanto do Médio, que enfatizam a aquisição de competências cognitivas e socioafetivas, as quais podemos destacar: a autonomia intelectual e a construção do pensamento crítico; as capacidades de aprender e de continuar aprendendo, construindo significados sobre a realidade social e política; a compreensão do processo de transformação da sociedade e da cultura e o domínio dos princípios e fundamentos científico-tecnológicos para a produção de bens, serviços e conhecimentos relacionados à disciplina histórica<sup>8</sup>.

---

<sup>6</sup> A respeito do arcabouço metodológico do historiador, vide CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*, Rio de Janeiro: Campus, 1997.

<sup>7</sup> Vide HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

<sup>8</sup> BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. *Base nacional comum curricular*. Brasília,

Com o objetivo de estimular o trabalho em equipe, as atividades de cada fase semanal são disponibilizadas no site da Olimpíada por meio de login e senha, para que os participantes possam acessar toda a documentação pertinente. Com base nas fontes analisadas pelos alunos, questões de múltipla escolha, transcrições de documentos antigos, além de produções dissertativas, são realizadas durante as semanas, salvas em rascunho e, depois, após a discussão entre os pares das equipes, são enviadas em definitivo para correção e eventual aprovação para a próxima fase da competição.

Chama-nos nossa atenção nessas metodologias, assim como argumentou NOIRET (2005), que a utilização da internet e suas mídias traz-nos uma nova possibilidade de construção de espaços em redes privilegiadas para a comunicação pública da história, podendo, inclusive, fomentar práticas interdisciplinares, estas evocadas desde o tempo dos *Annales*. Prova disso, são outros meios além dos fornecidos pela ONHB, utilizados pelos alunos para realizar suas discussões, análises e inclusive estratégias: o uso de ferramentas de comunicação como Skype, Facebook e WhatsApp, além, é claro, de reuniões presenciais muitas vezes organizadas pelas próprias escolas, sob orientação de professores, inclusive de áreas diferentes. A internet traz uma linguagem viva e ágil e possibilita virtualmente que se atinja os interessados em todo o território nacional, seja nas escolas ou nas casas, ou mesmo em *lan houses* (de onde muitos enviaram as suas respostas). A internet traz interação e utilização contínua, pois mesmo depois de terminada a Olimpíada qualquer um pode acessar as perguntas ou o banco de dados de documentos. Assim, a plataforma da Olimpíada é multiplicadora de leituras e estudos em História do Brasil (MENEGUELLO, 2011). Além disso,

As comunidades virtuais de aprendizagem flexíveis, abertas, dinâmicas e atuantes são focos subversivos de agregação social em que podem ocorrer processos de aprendizagem individual e grupal de qualidade. Em suas práticas é possível que se definam novas regras de atuação democrática e igualitária: novas formas de participação, de relacionamento e de interação entre as pessoas que ensinam e aprendem (KENSKI, 2012, p.118).

As ferramentas de educação à distância criam a possibilidade de um ambiente ampliado de ensino-aprendizagem e ressignificação do espaço público, facilitado ainda mais pela massificação dos aparelhos tecnológicos, principalmente *smartphones*, que, adaptando-se aos objetivos educacionais como, por exemplo, no caso da ONHB, provocam um efeito pedagógico multiplicador,

Repercutindo no ensino e provocando a pesquisa, com possibilidade de alcançar milhares de estudantes de ensino fundamental e médio em todas as regiões do Brasil simultaneamente. Isso ocorre somente porque esses meios existem e foram utilizados de forma programada, metódica e didática, alcançado resultados que, mesmo antes da discussão como eficiência pedagógica, já alcançam o objetivo precípua de incentivar o estudo da história, bem como o debate e a pesquisa (BASSO, 2018, p. 35).

Nas próximas páginas deste estudo, procurarei contextualizar, por meio de alguns exemplos práticos experimentados em algumas edições, um pouco de minha experiência *pari passu* como orientador de equipes e historiador, na análise de algumas questões propostas pela equipe organizadora aos competidores.

### 3 POR DENTRO DA ONHB: O LÚDICO E A HISTORIOGRAFIA NO COTIDIANO DA COMPETIÇÃO

Desde 2009 até 2019, a Olimpíada Nacional em História do Brasil entregou aos alunos 498 questões de múltipla escolha, 57 tarefas, além da prova final presencial em cada uma de suas edições. Portanto, precisarei eleger para este artigo, por razões óbvias de limites de dimensão, alguns desses exercícios que exemplificam algumas das metodologias utilizadas pelos organizadores. Optei por escolher 6 atividades, 1 para cada edição (entre a 5ª e a 10ª) referente aos anos em que trabalhei como orientador de equipes. Agrupei essas questões de acordo com as seguintes categorias de análise metodológica:

DOCUMENTO	FASE	QUESTÃO	EDIÇÃO	ANO
Iconográfico	3ª	33	5ª	2013
Texto Acadêmico	1ª	04	6ª	2014
Tabela e Pesquisa	1ª	09	7ª	2015
Litografia	3ª	25	8ª	2016
Documento Legal	3ª	27	9ª	2017
Petição	4ª	Tarefa	10ª	2018

Tabela elaborada pelo autor.

A primeira questão que me proponho a analisar fez parte da 3ª fase *on line* sob número de 33 da 5ª edição da ONBH, realizada em 2013. Nessa edição, a temática que norteou a maioria dos exercícios da competição foi “conformação étnica brasileira”.

O exercício apresentou o óleo sobre tela *A redenção de Cam* (Anexo A), produzido pelo pintor espanhol radicado no Brasil Modesto Brocos, datado de 1895. Como suporte, a questão ainda possibilitava um *link* que levaria os alunos ao artigo *O futuro era branco*, de Giralda Seyferth, publicado na Revista de História da Biblioteca Nacional, o qual abordava a propagação das teorias eugênicas e de branqueamento, oriundas do darwinismo social dos finais do século XIX<sup>9</sup>.

Por ser uma questão objetiva, assim como nas outras da mesma modalidade em todas as edições da ONHB, o aluno deveria escolher, dentre quatro possibilidades de respostas, a qual acreditasse mais completa em termos teóricos e metodológicos. É importante ressaltar que, em todas as questões objetivas da Olimpíada, o gabarito se constitui por meio da sistemática de uma resposta completamente errada (zero pontos) e outras três respostas corretas, mas com pontuações diferenciadas (geralmente 1, 4 e 5 pontos).

As opções de respostas que os alunos poderiam auferir foram as seguintes:

- A. Os gestos de aclamação da mulher idosa e negra, de satisfação do homem branco, de harmonização da mulher mulata e de ternura da criança branca constroem um ambiente de redenção do passado escravagista brasileiro.
- B. A forma como foram dispostas as personagens por Modesto Brocos indica a hierarquia social do período, momento em que as mulheres eram responsáveis pelo branqueamento populacional.
- C. A cena ambientada à porta de um casebre em uma rua rudimentar mostra uma família à frente de uma construção simples de pau a pique, ornamentada com uma palmeira.
- D. A pintura de Modesto Brocos foi utilizada como ilustração por teorias médicas sobre a possibilidade do branqueamento populacional, revelando as aproximações que existiam entre arte e ciência no início do século XX<sup>10</sup>.

Nas possíveis leituras desse quadro a partir de bases científicas, sociais e médicas, assim como na narrativa bíblica a qual faz alusão, descritas no Gênese, em que Cam, um dos filhos de Noé, é amaldiçoado e tem seu filho, Canaã, condenado, em Gênesis 9:25, a servir os filhos de seus irmãos, podemos observar a figura da ex-escrava que louva a redenção de sua família ao branqueamento, ou seja, o fato de a criança ter nascido branca.

---

<sup>9</sup> Sobre a história da eugenia no Brasil, sugerimos a leitura de BONFIM, Paulo Ricardo. *Educar, higienizar e regenerar: uma história da eugenia no Brasil*. São Paulo: Paco, 2017.

<sup>10</sup> Informação disponível em <https://www2.olimpiadadehistoria.com.br/5-olimpiada/fases/index/27>. O valor atribuído às alternativas foram respectivamente 5, 0, 1 e 4. (Acedido em: 20/03/2020).



Esse exercício específico chamou-nos a atenção pois conseguiu estabelecer a possibilidade de uma análise iconográfica a partir da interdisciplinaridade, introduzindo aos alunos conceitos oriundos da Sociologia da Arte, que, segundo a iconologia de PANOFSKYI (1967), teve a pretensão de ultrapassar a superfície fenomênica da obra para poder atingir outras estruturas dos sentidos, possibilitando uma profunda relação da arte com a cultura e as ideologias sociais, no caso, as aproximações entre ciência, arte e religião como registro cultural do século XIX.

Na quarta questão da 1ª fase *on line* da 6ª ONHB, ocorrida em 2014, encontramos um típico exercício de compreensão de um texto acadêmico, o qual traz a discussão de em que medida epidemias de varíola e de sarampo ensejaram transformações nas formas de aquisição e uso de força de trabalho na Amazônia colonial, de meados do século XVII a meados do século XVIII, com o incremento de descimentos privados de índios e a tentativa de organização de uma rota de tráfico negreiro para a região<sup>11</sup>. O excerto destacado pela comissão organizadora enfatizava o relato do padre Jesuíta João Felipe Bettendorf, considerado a principal fonte sobre o assunto, em que descreve o assolamento da região, na época e durante os anos seguintes, a qual sofre não somente com esta epidemia, mas também com a fome e a falta de mão de obra escrava, devido às perdas humanas ocasionadas pela doença. Ao relacionar o surto epidêmico a uma punição divina após um motim ocorrido em 1661 – levante popular em que moradores expulsaram os religiosos desta região, dentre outros motivos, pela miséria da população em contraste com a riqueza dos jesuítas e também por não concordarem com a imposição de leis que restringiam os indígenas a escravos –, o eclesiástico recorre a um elemento conhecido da tradição bíblica para dar autoridade a seu argumento a favor dos jesuítas.

As opções de respostas após a leitura e interpretação do texto foram as seguintes:

- A. A redução dos índices demográficos da região ao longo do surto epidêmico contribuiu para a diminuição do apego excessivo a riquezas tanto entre eclesiásticos quanto entre a população.
- B. Nos anos finais do século XVII a doença havia devastado a população local, livre e escrava, avançando em direção a outras regiões e chegando a Belém.
- C. O texto trata da epidemia de varíola que, a partir dos anos 1660, irrompeu na capitania do Maranhão.
- D. O missionário recorre a um elemento conhecido da tradição bíblica - a doença como punição divina - em seu argumento a favor dos jesuítas<sup>12</sup>.

---

<sup>11</sup> CHAMBOULEYRON, Rafael; BARBOSA, Benedito Costa; BOMBARDI, Fernanda Aires; SOUSA, Claudia Rocha de. “*Formidável contágio*”: epidemias, trabalho e recrutamento na Amazônia colonial (1660-1750). História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.18, n.4, out-dez., p. 987-1004, 2011.

<sup>12</sup> Informação disponível em <https://www2.olimpiadadehistoria.com.br/6-olimpiada/fases/index/33>. O valor atribuído às alternativas foram respectivamente 0, 4, 1 e 5. (Acedido em: 20/03/2020).

Essa atividade possibilitou entre os participantes uma reflexão sobre a importância da narrativa na compreensão do ofício do historiador. O fato de o jesuíta recorrer ao discurso fundamentado na religião demonstrou como a memória histórica perpassa os limites individuais e coletivos de seu tempo, que, segundo POLLAK (1992), tem como seus elementos constitutivos os acontecimentos vividos de forma particular e os que são vividos pelo grupo ou coletividade.

A partir das informações contidas no texto acadêmico, os estudantes pesquisaram não apenas o contexto factual da época em questão, mas também a respeito da história da Companhia de Jesus e do próprio jesuíta referido (João Felipe Bettendorf), além de informações sobre a Amazônia colonial, o que propiciou o trabalho de uma visão holística no estudo historiográfico.

A 7ª Olimpíada Nacional em História do Brasil ocorreu no ano de 2015 e procurou desenvolver, ao longo de suas fases, reflexões a respeito das “formas de preconceitos perpetuadas no Brasil ao longo de sua história”.

A questão escolhida para análise foi a de número 9 da 1ª fase *on line*. Nesse exercício, os alunos contaram como fonte de documentação uma tabela (Anexo B) produzida por uma Organização Não-Governamental, que apresentava estatísticas comparativas a respeito da distribuição de tarefas entre gêneros, as quais permitiam uma fácil compreensão da estigmatização e da associação das mulheres às tarefas domésticas.

Além da tabela, o exercício também apresentava um *link* que dava acesso a um texto produzido pela mesma Organização Não-Governamental, o qual exibia o resultado da pesquisa intitulada “Por Ser Menina no Brasil: Crescendo entre Direitos e Violências”, cujo objetivo foi verificar o contexto de direitos, violências, barreiras, sonhos e superações a partir do próprio olhar das meninas brasileiras que compreendiam a faixa etária de 6 aos 14 anos.

Após a leitura e compreensão da documentação, a comissão organizadora dava aos participantes as seguintes alternativas:

- A. O feminismo exerce um fator de dominação expropriando os homens da possibilidade de aprender tarefas domésticas.
- B. As tarefas domésticas são definidas pelas relações de gênero, que atribuem os cuidados com a casa e a família às meninas.

Daniel Florence Giesbrecht

---

- C. Os papéis tradicionalmente associados às mulheres reforçam uma condição de dupla jornada de trabalho desde a infância.
- D. A herança patriarcal histórica mostra-se bastante presente no Brasil atual<sup>13</sup>.

As reflexões possíveis para esta questão proporcionaram aos participantes diversas possibilidades de aprendizado tanto histórica quanto sociologicamente. Em primeiro lugar, destaco a própria leitura e entendimento da tabela, que, de acordo com o pesquisador COSTA JÚNIOR (2017, p. 116-117),

Faz parte de uma linguagem com o escopo de produzir no investigador, no caso as equipes, uma impressão mais rápida e viva sobre as relações de gênero no Brasil. Sendo assim, o recurso da linguagem gráfica torna possível a organização de dados coletados, utilizando números ao descrever fatos, promovendo na prática escolar a interdisciplinaridade e a conexão entre diversos assuntos, facilitando a comparação entre estes, especialmente para estabelecer conclusões. Não obstante, a exposição dos resultados da pesquisa apontar determinados aspectos relacionados à temática da questão, fez-se necessário refletir, problematizar e verificar as fontes das informações, além de buscar quais foram os procedimentos utilizados para gerar tais dados.

As possibilidades de respostas elencadas às equipes também foram fundamentais para que os alunos pesquisassem conceitos debatidos na historiografia tanto brasileira, como internacional, como, por exemplo, o feminismo e o patriarcalismo. Em minha experiência empírica como professor orientador, deparei-me com várias equipes trabalhando com a interpretação de textos acadêmicos complexos, como, por exemplo, *Minha história das mulheres*, de Michelle Perrot<sup>14</sup>, e *Anarquismo e feminismo no Brasil. Audácia de sonhar: memória e subjetividade em Luce Fabbri*, de Margareth Rago<sup>15</sup>.

A temática central da 8ª ONHB se desenvolveria em torno da “História da Educação no Brasil” justificada pela Comissão Organizadora devido aos movimentos de resistência popular que ocorreram no Estado de São Paulo no ano anterior. Em outubro de 2015, o governador Geraldo Alckmin (Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB) decidiu reorganizar as escolas paulistas, com o intuito de fechar 94 escolas do estado, transferindo cerca de 311 mil estudantes para outras instituições e transformando as escolas em ciclos únicos, separando o Ensino Médio dos Fundamentais I e II. Foi uma ação impositiva que ignorou pais, alunos e a opinião de especialistas. Contrariando aquilo que o poder público esperava, os estudantes reagiram

---

<sup>13</sup> Informação disponível em <https://www2.olimpiadadehistoria.com.br/7-olimpiada/fases/index/41>. O valor atribuído às alternativas foram respectivamente 0, 4, 1 e 5. (Acedido em: 21/03/2020).

<sup>14</sup> PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012.

<sup>15</sup> RAGO, Margareth. *Anarquismo e feminismo no Brasil. Audácia de sonhar: memória e subjetividade em Luce Fabbri*. Rio de Janeiro: Achemé, 2007.

ocupando as escolas. Mesmo pressionados pela grande imprensa que, favorável ao governador, os chamavam de “invasores”, resistiram em suas escolas impedindo seu fechamento, com o apoio do Tribunal de Justiça. O governador finalmente suspendeu o projeto de reorganização e demitiu o Secretário da Educação. Nas ações das ocupações, os alunos receberam apoio das universidades estaduais, de artistas (que participaram ativamente das atividades culturais das ocupações) e de estudantes de outros estados e países (como Portugal e Itália). A despeito disso, foram duramente agredidos pela Polícia Militar sob o comando do governador, o que chocou profundamente parte da sociedade.

Possibilitando *ad hoc* pensar historicamente passado e presente, a questão 25 da 3ª fase *on line* apresentou um conjunto de litografias (Anexo C) publicadas na revista *Galleria Illustrada*, de dezembro de 1888, que satirizavam o então Presidente da Província do Paraná, Balbino da Cunha (1833-1905), que havia realizado cortes de verbas no setor da educação e, com a anuência da Assembleia Provincial, sancionou a Lei nº 917, determinando a supressão de 164 escolas. Protestos por parte de professores e pais reverberaram nas páginas da imprensa paranaense em um dos últimos debates, no contexto educacional local, antes da instauração da República que ocorreria no ano seguinte.

Devido à dificuldade da leitura do documento em seu estado original, a Comissão Organizadora forneceu sua transcrição, para que os alunos pudessem compreender em sua totalidade a mensagem das charges:

A Gaveta do Diabo

Que lastima! Eis, charos alunos, o estado a que me reduziram as pessimas finanças do thesouro: – tripas, ossos e nervos, eis o que sou!

PENHORES/ AO PREGO

Estou entre a cruz e a caldeirinha: ou roerei unhas...

Ou serei obrigado e empenhar a camisa do corpo para não ter o desgosto de ver a pobre barriga grudada ao espinhaço!

[da bomba sai a frase suspensão das escolas]

IMPrensa DO PARANÁ

A suspensão das escolas foi um dynamite que explodiu no meio da imprensa, despertando a indignação desta contra os nossos Lycurgos...

que lá se foram sorrateiramente depois de haverem desfeitoado publicamente a augusta instrucção publica...

ESCOLAS PUBLICAS/ RUA DA FOME

Daniel Florence Giesbrecht

---

E de deixarem estas cenas como consequência fatal dos seus desvarios! Os pobres pedagogos percorrerão a rua da fome devorando os livros e demais misteres dos seus ex-alunos para não se metamorfosearem em bacalhaus de porta de venda.

QUADROS DA ACTUALIDADE<sup>16</sup>.

Além das litografias foram indicados aos alunos o texto acadêmico *Para além da palavra: impressões sobre a lei que suprimiu 164 escolas na Província do Paraná (1888-1890)*, de Iriana Nunes Vezzani, e o *Relatório do Presidente da Província do Paraná de 1888*.

As quatro opções de respostas foram as seguintes:

- A. O conjunto das charges demonstra a inflexibilidade e a intransigência de professores, alunos e imprensa no tocante ao projeto de reorganização escolar, tido como um dos mais avançados do país àquela época.
- B. O periódico paranaense repercutiu a proclamada reforma educacional como um ataque à instrução pública.
- C. As charges cumprem sua função como gênero textual, realizando uma sátira em tom burlesco e caricatural.
- D. O primeiro desenho indica uma relação direta entre os cofres públicos e o físico debilitado do professor, reduzido a “tripas, ossos e nervos”.<sup>17</sup>

Conforme comentário da própria comissão organizadora após o encerramento da fase, o objetivo da questão foi a discussão da instrução pública no final da monarquia. O governo do Paraná enfrentava uma crise financeira e contratou especialistas para realizarem uma reforma educacional. O documento que foi anexado ao relatório do presidente de província daquele ano de 1888 trouxe um texto repleto de proposições para reestruturar o ensino naquela província. Contudo, o que ocorreu na prática foi algo muito distinto das sugestões ali descritas, ocasionando o fechamento de escolas e a desvalorização dos professores e dos alunos, fatos denunciados pelos jornais.

Sabemos que todo o cuidado deve ser tomado em relação a anacronismos, e o exercício possibilitou essa reflexão entre os participantes sob minha orientação, mas levando em consideração o contexto experimentado em 2015. Por meio dos movimentos de ocupações das escolas que ocorreram no Estado de São Paulo, abriu-se uma janela possível para que, novamente, recuperássemos o conceito de “consciência histórica”, discutido no início deste trabalho, corroborando novamente com a pesquisadora Isabel Barca.

---

<sup>16</sup> Informação disponível em <https://www2.olimpiadadehistoria.com.br/8-olimpiada/documentos/documento/38>. (Acedido em: 04/04/2020)

<sup>17</sup> Informação disponível em <https://www2.olimpiadadehistoria.com.br/8-olimpiada/fases/index/53>. O valor atribuído às alternativas foram respectivamente 0, 5, 4 e 1. (Acedido em: 25/03/2020).

Uma consciência histórica para este tempo exigirá uma ideia dinâmica da História, assente não só na construção narrativa (não fragmentada) do passado como também na interpretação criteriosa de uma multiplicidade de fontes. Ter ‘consciência histórica’ não implica a adoção, por todos, de uma única narrativa substantiva. As abordagens teóricas, fruto de diversas perspectivas, estão abertas a discussão, tal como as produções históricas concretas permanecem sujeitas a desconfirmação. É a argumentação racional e o respeito pela evidência que ajudarão a decidir entre respostas mais ou menos válidas às questões sobre o passado tal como às questões sobre o presente e, eventualmente, à construção de cenários sobre o futuro (BARCA, 2007, p. 117).

Após o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, consumado em agosto de 2016, o agora então presidente da república Michel Temer não tardou em iniciar uma série de medidas consideradas por muitos impopulares, dentre as quais a polêmica Reforma do Ensino Médio (Lei Nº 13.415/2017), que poderia resultar na desobrigação da cadeira de História para os últimos anos de formação do Ensino Básico<sup>18</sup>. A 9ª ONHB insurgiu em sua temática central frente a esse debate e catalisou em boa parte das suas atividades reflexões sobre o “direito de ensinar e de aprender História” em diversas questões de suas fases e, desde o início, fomentou um debate profícuo a respeito das disputas entre setores da sociedade pelo discurso narrativo, exemplificado pela obrigatoriedade ou não de determinadas disciplinas escolares. Algumas equipes sob minha orientação coadunaram reflexões a respeito da disputa por hegemonia, fundamentados nos conceitos de Antonio Gramsci<sup>19</sup>.

Na esteira da polêmica edição e dos debates por ela suscitados, escolhi para análise a questão 27 da 3ª fase *on line*. Os alunos encontraram na plataforma interativa três documentos: um Documento Legal – o Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969; um Guia de Civismo e a capa do manual didático “Princípios de Educação Moral e Cívica”. Além das fontes principais, um *link* direcionava os participantes para um texto acadêmico complementar de autoria de Juliana Miranda Filgueiras, intitulado “O livro didático de Educação Moral e Cívica na ditadura de 1964: a construção de uma disciplina”<sup>20</sup>. As alternativas apresentadas para resolução foram as seguintes:

---

<sup>18</sup> A reforma do Ensino Médio foi imposta por meio de Medida Provisória, sendo sancionada em fevereiro de 2017. Num primeiro momento, retirava Filosofia, Sociologia, Artes e Educação Física do rol de disciplinas obrigatórias, e no texto final foram retiradas História, Geografia, Espanhol e Química, entre outras. Imposta de cima para baixo e ignorando anos de debates de especialistas sobre o tema, a reforma repete a imposição da reforma de 1969, elaborada pelo governo militar, que naquele momento também retirou a História do currículo obrigatório.

<sup>19</sup> Surpreendi algumas equipes debatendo textos acadêmicos de rigor metodológico complexo, demonstrando a capacidade da ONHB em fomentar a pesquisa, associada à facilidade da obtenção de materiais na Rede. Um exemplo foi o texto de MORAIS, Dênis de. *Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci*. Revista Debates: Porto Alegre, v. 4, n.1, p. 54-77, jan.-jun, 2010.

<sup>20</sup> FILGUEIRAS, Juliana Miranda. O livro didático de Educação Moral e Cívica na Ditadura Militar de 1964: a construção de uma disciplina. In: *Congresso luso-brasileiro de História da Educação*, Uberlândia, 2006.

Daniel Florence Giesbrecht

---

- A. Os documentos se relacionam à Reforma do Ensino promovida pelo Regime Militar, nas décadas de 1960 e 1970.
- B. A presença de princípios militares no sistema de ensino buscava controlar a moral social dos cidadãos, interferindo diretamente em atitudes públicas e privadas.
- C. A reforma educacional visava a legitimação do governo autoritário do período.
- D. A defesa de uma consciência cívica e patriótica, ensinada nas escolas e universidades, esteve vinculada à valorização da disciplina de História<sup>21</sup>.

Concordamos com COSTA JÚNIOR (2017, p. 140) de que os documentos selecionados para análise “*revelam que a implantação da disciplina escolar Educação Moral e Cívica teve como objetivos básicos legitimar o poder constituído após o Golpe Civil-Militar de 1964 (...)*”.

Sancionada por lei em 1969, a disciplina Educação Moral e Cívica (EMC) tornou-se obrigatória em todos os níveis de ensino no Brasil, do básico ao superior, com a proposta de formar alunos e professores dentro da norma de civismo reconhecido pelo governo militar vigente até 1985. Nesse período, a disciplina de História foi suprimida em nome de um contexto mais amplo de Estudos Sociais, ficando abandonada à ideia empobrecedora de uma licenciatura em faixa própria e, portanto, muito mais limitada. Essa reforma educacional previa, nas disciplinas de EMC, o estudo de símbolos nacionais, temas patrióticos e exercícios de civilidade que corroborassem com a liderança do período, justificando as violências da interferência governamental na esfera privada e na liberdade de expressão e atuação dos indivíduos.

Destacamos também que, além das reflexões possíveis sobre o contexto educacional brasileiro do período, os alunos puderam desenvolver competência crítica a respeito da importância da construção das narrativas por meio de manuais didáticos e suas relações com legitimações do *status quo* pela própria historiografia.

A 10ª edição da Olimpíada Nacional em História do Brasil ocorrida em 2018 foi pensada em caráter comemorativo de uma década do projeto e trouxe pelo menos duas novidades que merecem destaque: a primeira foi a adição de mais uma fase *on line*, totalizando a partir de então 6 etapas ao todo, somadas à fase final presencial; e, a segunda, a criação de um modelo inédito de exercício de transcrição documental, o qual só foi possível devido às modificações instituídas pela nova empresa responsável pelo gerenciamento e operacionalização do ambiente

---

<sup>21</sup> Informação disponível em [https://prova.olimpiadadehistoria.com.br/prova/onhb9/fases/fase\\_3/questao/q27](https://prova.olimpiadadehistoria.com.br/prova/onhb9/fases/fase_3/questao/q27). O valor atribuído às alternativas foram respectivamente 1, 4, 5 e 0. (Acedido em: 25/03/2020).

virtual de aprendizagem. É desse exercício que nos ocuparemos neste momento, o qual foi tarefa a ser realizada na 4ª fase da competição.

O exercício apresentou aos alunos uma petição redigida pelo abolicionista Luiz Gama, produzida no ano de 1877, em que se dirigia ao juiz do município de Campinas, em favor de uma escrava e de seu filho (Anexo D).

As instruções para os participantes foram as seguintes:

- 1) Cada espaço em aberto no box de edição (formulário editável) corresponde a um trecho que “retiramos” do texto. Vocês devem ler o mesmo trecho no documento original e escrevê-lo no espaço correspondente.
- 2) Parte da transcrição já está realizada dentro do box de edição da tarefa. Sua equipe deve completar os trechos faltantes conforme indicado “box de edição” e demarcado no documento.
- 3) As linhas estão numeradas. Conforme se passa o “mouse” sobre a parte a ser preenchida, a mesma parte aparece em destaque no documento original. Fizemos isso para que os participantes não se percam na leitura do documento.
- 4) Na escrita, é possível usar a grafia atual (a forma de escrever a palavra que usamos hoje) ou a grafia da época. Cada espaço preenchido vale ponto.
- 5) A transcrição deve acompanhar o texto apresentado em cada linha do documento. Transcrições realizadas em locais incorretos do texto não serão pontuadas<sup>22</sup>.

A maioria dos alunos orientados reagiu com euforia e entusiasmo ao exercício, o qual provou, durante a semana de execução, ser de complexa realização, mas extremamente desafiador e estimulante. A ONHB, chegava ao seu auge: simular a tradução de um documento antigo, atividade comum aos historiadores profissionais. Nesse momento, evoco as palavras de LARA (2008, p. 21-22) a respeito da importância dos documentos textuais utilizados como fontes para produção historiográfica:

(...) ao longo de suas vidas, homens e mulheres produziram textos diversos – do modo como achavam que deveriam ser escritos, por motivos e com fins os mais variados. Pois bem: isso significa dizer que a leitura não deve buscar apenas o que foi escrito, mas também como foi escrito, por que foi escrito e como aquele texto circulou e foi guardado. Todos esses aspectos são fontes de informação para os historiadores. Para além de seu “conteúdo”, um texto também possui elementos materiais que, juntamente com o gesto que lhe deu origem, precisam ser levados em conta na análise. Isso não implica ter que mudar de objeto, ou ter que deixar de fazer história social. Ao contrário: ao levarmos em consideração todos esses componentes de um documento textual, ampliam-se as possibilidades de conhecer e compreender as ações humanas no passado. Mais ainda, sem a análise simultânea deles, perdemos informações e não conseguimos transformá-los em fontes históricas.

---

<sup>22</sup> Informação disponível em <https://drive.google.com/drive/folders/1nQLJsWERx5TY88zciXOmRejGmhrXM>. (Acedido em: 04/04/2020).



#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo analisar aspectos relevantes sobre a importância da cultura digital como ferramenta para produção do conhecimento histórico. Para isso, escolhi como objeto de estudo, por intermédio da experiência in loco como professor orientador de equipes participantes, um evento que singulariza essa forma de produção do saber: a Olimpíada Nacional em História do Brasil.

Experimentar o cotidiano de uma competição com a duração de semanas ao lado de discentes interessados em aprender mais sobre a História do Brasil e sobre o ofício do historiador remete-me a um pensamento de CERTEAU (1994, p. 105): *“O estudo de algumas táticas cotidianas presentes não deve, no entanto esquecer o horizonte de onde vêm e, no outro extremo, nem o horizonte para onde poderiam ir”*. A ONHB, por meio das tarefas propostas – algumas analisadas neste artigo –, parece conhecer esses horizontes de forma clara e bem definida. Desenvolvendo um conjunto de competências e habilidades facilitadas pelas Tecnologias da Informação e Comunicação, pude concluir que o ambiente colaborativo do evento proporciona ao longo de uma década um conjunto de atividades – refinamento das pesquisas na internet, leitura e interpretação de diversos gêneros textuais escritos e não-escritos, entrevistas, observação participante, registros escritos, orais e visuais, dentre outros – que superaram as discussões meramente conteudistas que, não raro, ocorrem no cotidiano das aulas de História e de outras disciplinas.

Corroborando com os estudos de BARCA (2001), BITTENCOURT (2011) e COSTA JÚNIOR (2017), também creio que mereça destaque a importância dada pela Comissão Organizadora à importância de construir ao longo do processo de experiência com os participantes noções de uma “epistemologia das fontes históricas”, de forma ampla. Em todas as fases, os estudantes discutem a história a partir de documentos escritos (matérias de jornais, panfletos, cordéis, obras literárias e textos oficiais) e visuais (fotografias, pinturas, xilogravuras e litografias), além de valorizar a história oral e o patrimônio histórico material e imaterial como fontes para a reconstrução de memórias históricas públicas e privadas.

Outro aspecto importante identificado foi a capacidade de as atividades propostas ressignificarem o próprio conceito de História. Perceber que esta não é apenas “movida” unicamente por grandes fatos ou pessoas, mas sim pela coletividade no cotidiano, é de suma

importância para desconstruir modelos que ainda permaneciam no imaginário dos discentes, uma espécie ainda de universo *rankeano*<sup>23</sup>, oriundo do século XIX, que persiste em determinados campos do saber como única forma de se pensar a ciência histórica (GIESBRECHT, 2019), em que “(...) os fatos levantados se encadeiam, assim como no mundo mecanicista moderno, numa relação determinista de causas e consequências sendo a História (...) uma sucessão de acontecimentos isolados”. (p. 36)

Procurei enfatizar principalmente os impactos da Olimpíada Nacional em História do Brasil nos discentes, mas acredito que, mesmo não sendo o cerne deste estudo, os docentes também são abarcados em todo o processo. Segundo COSTA JÚNIOR (2017, p. 145), fomenta-se a necessidade “de refletir sobre que metodologias educacionais podem proporcionar aos estudantes um maior envolvimento no processo de ensino-aprendizagem, em torno da disciplina História (...)”, pois “Retirar a História de uma zona de conforto realiza uma das premissas da perspectiva do ensino dessa disciplina, que é fomentar a pesquisa e a produção de análises sobre o saberes adquiridos na escola”. O ensino de História passa por novas perspectivas que se propõem a superar paradigmas teóricos cristalizados e incorporar outros saberes nas produções historiográficas. Diante deste contexto, ocorre a implicação de se alterar os métodos e as técnicas do professor de história na produção de novos saberes a fim de melhorar a qualidade do ensino em sua disciplina.

Na sociedade atual, em que ocorre uma expansão de informações por meio das tecnologias que, a todo instante, veiculam novas e diferentes versões sobre acontecimentos do cotidiano, a Olimpíada Nacional em História do Brasil pode ser uma alternativa aos métodos tradicionais de ensino da História no Brasil (e do Brasil). Com o estímulo à utilização dos instrumentos virtuais de comunicação, proporciona a articulação dos atuais métodos de ensino com as novas tecnologias, identificando-se com as novas gerações pertencentes à cultura midiática, abrindo novos horizontes para a educação histórica.

---

<sup>23</sup> Refiro-me ao historiador germânico Leopold Ranke, o qual acreditava que era preciso levantar os fatos como eles realmente se passaram, negando qualquer possibilidade de subjetividade, cabendo apenas à sociologia a hermenêutica do passado.

## REFERÊNCIAS

- ASHBY, Rosalyn. **Desenvolvendo um conceito de evidência histórica**: as ideias dos estudantes sobre testar afirmações factuais singulares. *Educar*, Curitiba, p. 151-170, 2006.
- BARCA, Isabel. “Educação histórica: uma nova área de investigação”. **Revista da Faculdade de Letras**, Porto, III Série, Vol. 2, 2001.
- BARCA, Isabel. “Marcos de consciência histórica de jovens portugueses”. **Currículo sem Fronteiras**, v.7, n.1, pp.115-126, 2007.
- BASSO, Silvia Eliane Oliveira; COSTA, Maria Luisa Furlan; OLIVEIRA, Patrícia Mertzig Gonçalves. “Educação à distância e a Olimpíada Nacional de História do Brasil: o êxito da modalidade de um programa inovador”. **Colloquium Socialis**, Presidente Prudente, v. 02, n. 3, p. 32-36 jul/set, 2018.
- BITTENCOURT, Circe. **Ensino de história**: fundamentos e métodos. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BONFIM, Paulo Ricardo. **Educar, higienizar e regenerar**: uma história da eugenia no Brasil. São Paulo: Paco, 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base nacional comum curricular**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>>. (Acedido em: 17/03/2020).
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CASTELLS, Manuel. **Comunidades Virtuais ou Sociedade de Rede? A Galáxia da Internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1984.
- CHAMBOULEYRON, Rafael; BARBOSA, Benedito Costa; BOMBARDI, Fernanda Aires; SOUSA, Claudia Rocha de. “Formidável contágio”: epidemias, trabalho e recrutamento na Amazônia colonial (1660-1750). **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.18, n.4, out-dez., p. 987-1004, 2011.
- COSTA JÚNIOR, José Gerardo Bastos. **A Olimpíada Nacional em História do Brasil (ONHB) e o ensino médio integrado do IFRN**. Dissertação de Mestrado. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, Universidade Federal do Semi-Árido, 2017.
- FILGUEIRAS, Juliana Miranda. O livro didático de Educação Moral e Cívica na Ditadura Militar de 1964: a construção de uma disciplina. In: **Congresso luso-brasileiro de História da Educação**, Uberlândia, 2006.

Daniel Florence Giesbrecht

---

GIESBRECHT, Daniel Florence. **A história e seu universo paradigmático**: epistemologia no centro do debate. São Paulo: Editora Lux, 2019.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e Ensino Presencial e a Distância**. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

LARA, Silvia Hunold. “Os documentos textuais e as fontes do conhecimento histórico”. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 17-39, dez, 2008.

LUCCHESI, Anita. “História e Historiografia Digital: diálogos possíveis em uma nova esfera pública”. Comunicação apresentada em **XXVII Simpósio Nacional de História da ANPUH**, Natal, Brasil, 22 a 26 de julho, 2013.

MENEGUELLO, Cristina. “Olimpíada nacional em história do Brasil – uma aventura intelectual?” **História Hoje**. Revista Eletrônica de História. v.5, n.14, 2011.

MENEGUELLO, Cristina. **Entrevista** (ago. 2018). Campinas: Portal CBN. Disponível em: <https://www.portalcbnb Campinas.com.br/2018/08/duas-equipes-campineiras-levam-ouro-em-olimpiada-nacional-em-historia-do-brasil/>

MORAIS, Dênis de. “Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci”. **Revista Debates**: Porto Alegre, v. 4, n.1, p. 54-77, jan.-jun, 2010.

NOIRET, Serge. “La ‘nuova Storiografia Digitale’ Negli Stati Uniti (1999-2004)”. **Memoria e Ricerca**, n.s. 18, p. 169, 2005.

**OLIMPÍADA NACIONAL EM HISTÓRIA DO BRASIL** – site oficial. Disponível em: <<https://www.olimpiadadehistoria.com.br/>>.

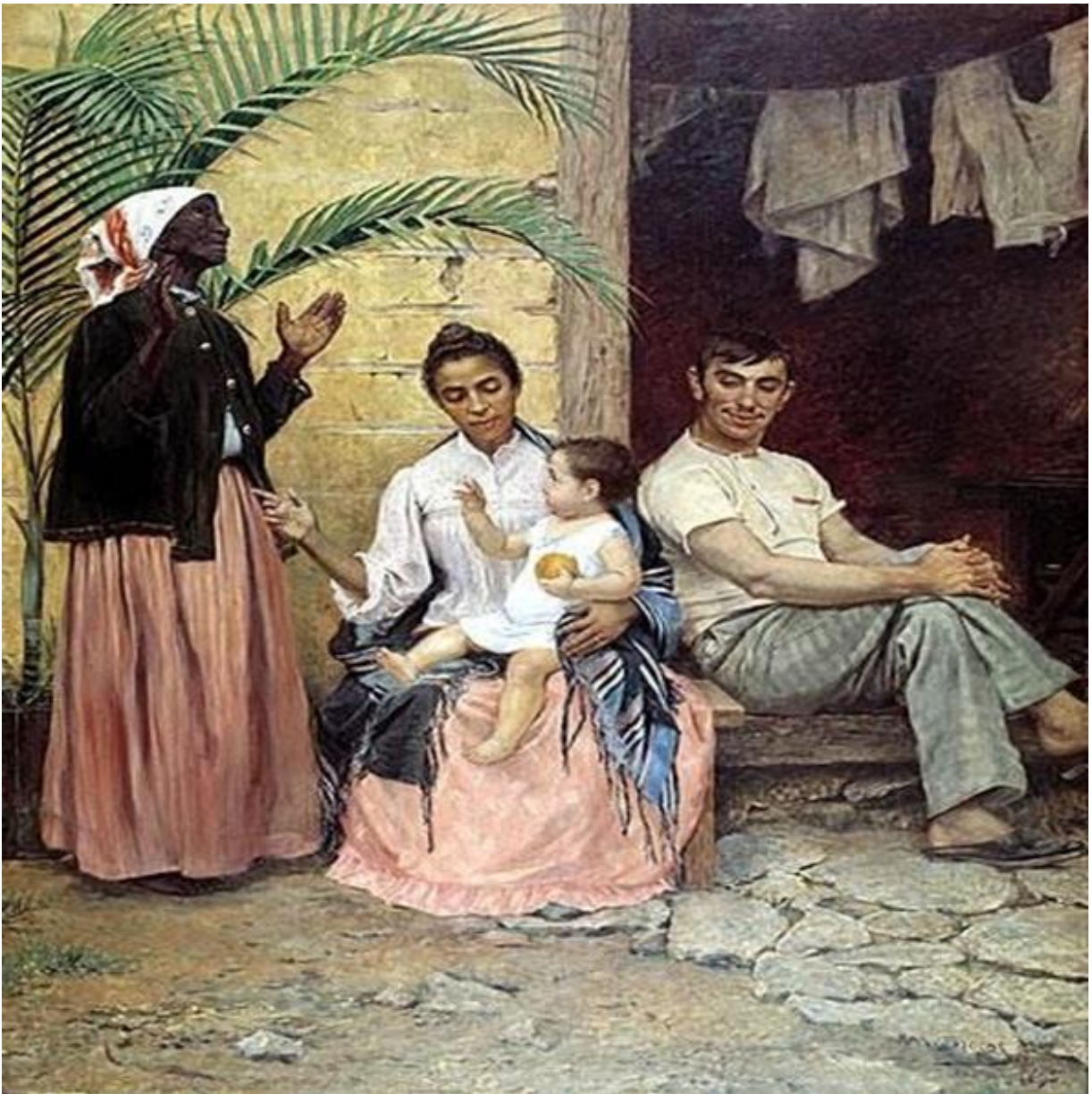
PANOFSKYI, Erwin. **Essais d’iconologie**. Paris: Gallimard, 1967.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RAGO, Margareth. **Anarquismo e feminismo no Brasil**. Audácia de sonhar: memória e subjetividade em Luce Fabbrì. Rio de Janeiro: Achemé, 2007.

## ANEXO A



A redenção de Cam, de Modesto Brocos (1895). Fonte: [www2.olimpiadadehistoria.com.br/5-olimpiada/documentos/documento/127](http://www2.olimpiadadehistoria.com.br/5-olimpiada/documentos/documento/127).

## ANEXO B

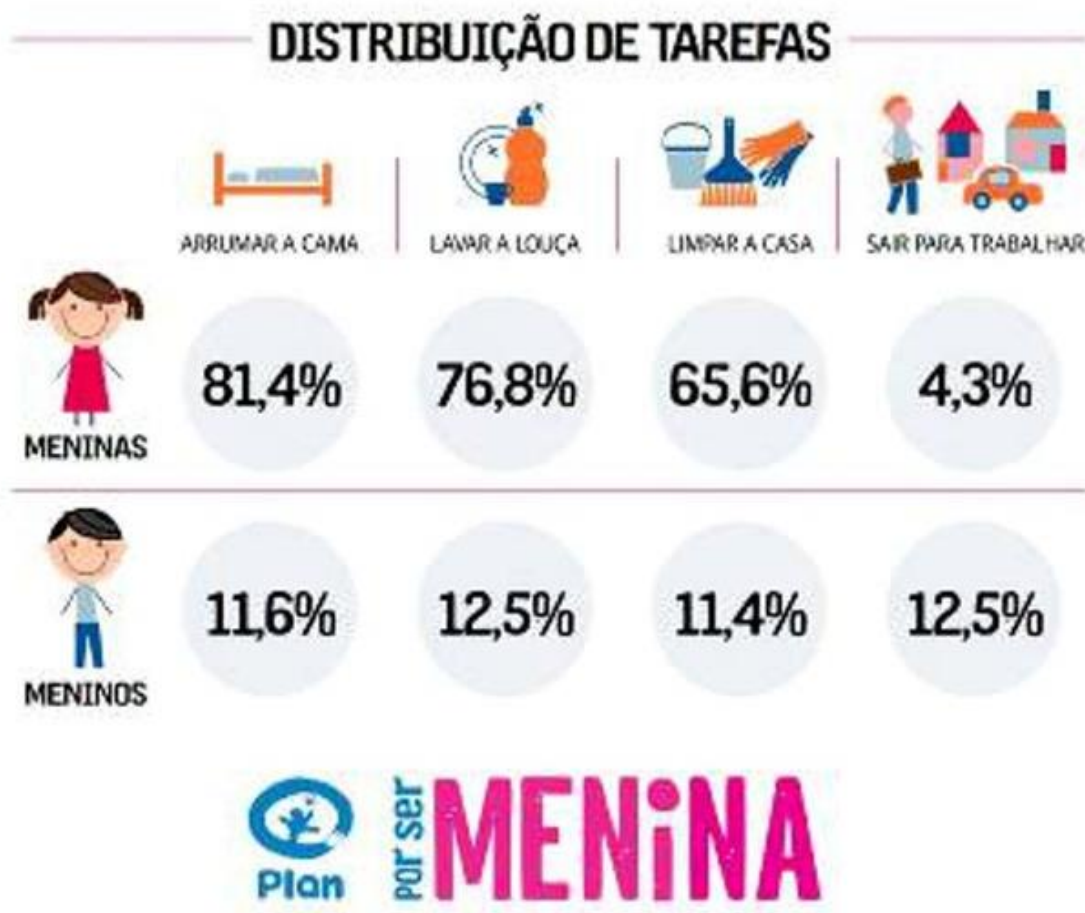
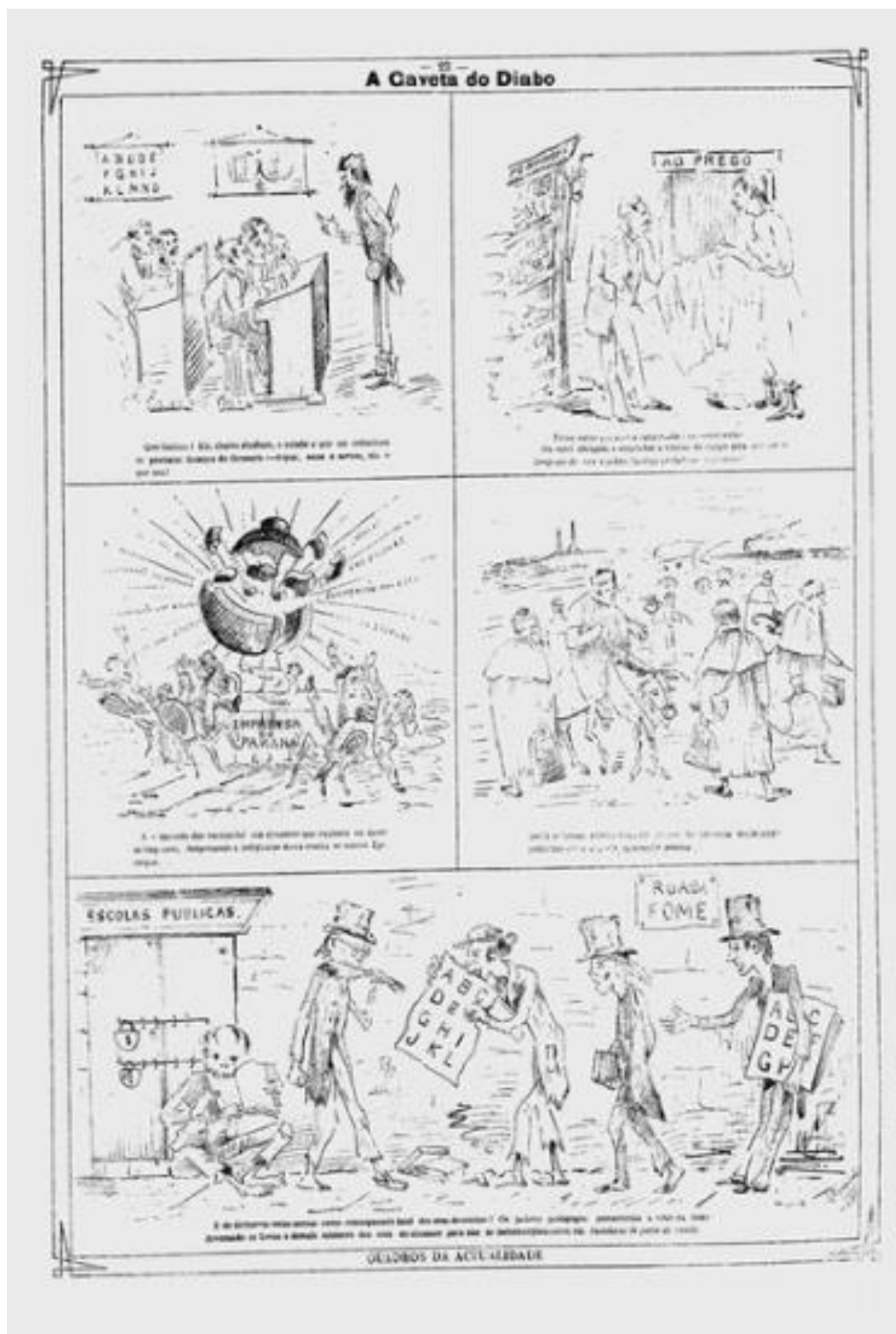


Tabela produzida por Organização Não-Governamental para apresentar estatísticas comparativas a respeito da distribuição de tarefas entre gêneros. Fonte: <https://www2.olimpiadadehistoria.com.br/7-olimpiada/documentos/documento/77>



ANEXO C



Conjunto de litografias publicadas na revista Galleria Illustrada, de dezembro de 1888, que satirizavam o então Presidente da Província do Paraná, Balbino da Cunha (1833-1905) Fonte: <https://www2.olimpiadadehistoria.com.br/8-olimpiada/documentos/documento/38>





34 também este, que tal obrigação deve ser limi-  
35 tada ao prazo de Sette-anos, por força do  
36 artigo 41º §. 3.º da Lei de 28 de Setembro de 1871,  
37 e do artigo 61 do Decreto N. 5135 - de 13 de Novembro  
38 de 1872, e do primeiro parágrafo do Art. 2º (Luz)   
39 da Ley. (jur. e outros), e que, por illo, livre tam-  
40 bem o seu filho Benedicto, por ter nascido pos-  
41 teriamente, ao fallecimento da testadora; e prin-  
42 do do §.º, pela verba testamentaria, statu libero por se  
43 entender, em equaldade de circumstancias,  
44 pelo nascimento, e terna seu filho Benedicto,  
45 e qual, pelo facto da alienação, como no di-  
46 recto e capitulo, teria adquirido plenos alfor-  
47 rias.

48 A vista do disposto na Provisão de 2º  
49 de Setembro de 1828, Aviso de 27 de Julho de 1830,  
50 e de 18 de Novembro de 1831, com o devido  
51 respeito, e abaixo assignado requer a V. Sa-  
52 que se digna providenciar para que a pre-  
53 sente petição, com recommendação offi-  
54 al do governo da Encolmeza, seja enviada  
55 da ao Meritíssimo Sr. Juiz Municipal de  
56 Campinas, a fim de que mediante curatela,  
57 seja proposta puezão manumissoria e  
58 em prol do menor Benedicto, e quem de-  
59 lará também tutor.

60 Ao 2.º Escrivão. J. de p. de q. l. n. e  
61 Campinas, 24 de No-  
62 vembro de 1877. O. R. M. G.  
63 Visão da S. J. J. Gama.

Petição redigida pelo abolicionista Luiz Gama, produzida no ano de 1877, dirigida ao juiz do município de Campinas, em favor de uma escrava e de seu filho. Fonte:

<https://www.olimpiadadehistoria.com.br/paginas/onhb10/downloads>